

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

HORÁCIO MONTESCHIO

MARIA CRISTINA ZAINAGHI

JOAO PEDRO IGNACIO MARSILLAC

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Horácio Monteschio; João Pedro Ignácio Marsillac; Maria Cristina Zainaghi – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-971-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos 3. Fundamentais. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

Apresentação

O estudo do grupo DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II, transcorreu no último dia de apresentação de pôsteres do VII Encontro Virtual do CONPEDI, realizado no dia 27 de junho p.p.

Inicialmente, devemos ressaltar a importância do CONPEDI, continuar promovendo seus eventos, on line, para a discussão de temas de imensa relevância para todos nós, operadores do direito, permitindo assim uma maior adesão para aqueles que, eventualmente, não teriam possibilidade de participar dos eventos na sua forma presencial.

Importante destacar, também, a qualidade dos trabalhos apresentados pelos pesquisadores que engrandeceram esse encontro, trazendo questões de importância para todos os pesquisadores.

Os trabalhos apresentados, trouxeram temas instigantes para os debates. Apresentados em três blocos, demos início as apresentações com Frederico Bicho Pinheiro, orientado por Renato Duro Dias, com o tema Hip-hop e direitos humanos: o uso de seus dispositivos artísticos como instrumentos de transformação social; depois João Pedro Alexandrino dos Santos, orientado por Eneida Orbage de Brito Taquary, falou sobre Locomobilidade inteligente no transporte dos alunos da rede pública de ensino no DF. Débora Soares Mendes e Raíssa Ellen Silva Lira, também orientadas pela professora Eneida Orbage de Brito Taquary, falaram sobre a Lei geral de proteção de dados e a ação direta de inconstitucionalidade nº 6.387: tratamento de dados pessoais e saúde pública. Cristian Salathiel Dutra Campos e Guilherme Rangel Miranda, orientados pela professora Catharina Orbage de Brito Taquary Berino falou sobre M&A – O segredo para conseguir sucesso nas fusões e aquisições empresariais. Finalizando o bloco Alan Bresciani Colle Bettini de Albuquerque Pati Lins, orientado por Catharina Orbage de Brito Taquary Berino, falou sobre o Programa cisternas nas cidades inteligentes: da seleção e contratação de entidades para implementação de tecnologias sociais. Encerrada as apresentações abrimos os debates.

Em continuação as apresentações Lorrane de Conceição Leite, apresentou o poster sobre Responsabilidade civil nas relações familiares: uma análise das consequências patrimoniais pelo descumprimento de deveres conjugais e de filiação. Renata Apolinário de Castro Lima e Pablo Henrique Pires Moreira, apresentaram o trabalho sobre Movimentos sociais para (re)construção da participação cívica do encarcerado do sistema penitenciário brasileiro. Ana Lucia Alves Bahia, discorreu sobre O Controle de convencionalidade das normas que regulam a capacidade eleitoral passiva: uma análise a partir do Pacto de San Jose da Costa Rica; Roberto Savino Torres João e, sua apresentação sobre O impacto histórico do tribunal de Nuremberg para o mundo jurídico pós-guerra e a reformulação da ideia de direitos humanos. Julia de Assis Silva, falou sobre a Inteligência artificial no direito: desafios e oportunidades e, finalizando o bloco Alexandre Sandim Camargo, apresentou O princípio da proporcionalidade na ponderação dos direitos fundamentais que oferecem resistência entre si. Novos debates.

Fechando as apresentações Luis Fernando de Figueiredo Leite Ribeiro e Mariah Pimentel Cardoso, falaram sobre O Supremo Tribunal Federal e seu papel como garantidor do direito fundamental de liberdade de culto: caso RHC n. 134.682. Maria Fernanda Sousa falou sobre O trabalho análogo à escravidão e a persistência do racismo estrutural no Brasil. Camila Stephanie Pimentel Nascimento Freitas, trouxe o poster sobre ODS 02 da ONU e reflexos ao direito à alimentação dos ribeirinhos que vivem às margens de rios Amazonas. Emanuella Rodrigues Eloi, trouxe o tema Plano nacional ruas visíveis: uma breve análise de 14 anos de omissão e (in)visibilidade. Finalizando o bloco Humberto Oliveira Correa da Silva, tratou sobre o Pluralismo jurídico e pós colonialismo: análise do marco temporal como instrumento de colonialidade no Brasil. Novos debates sobre os temas do bloco finalizaram as apresentações com inequívoco aprendizado sobre todos os temas apresentados.

Horácio Monteschio

Maria Cristina Zainaghi

João Pedro Ignácio Marsillac

MOVIMENTOS SOCIAIS PARA (RE)CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA DO ENCARCERADO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Renata Apolinário de Castro Lima
Pablo Henrique Pires Moreira**

Resumo

O sistema carcerário encontra-se em crise, já que o modelo atual não corresponde às expectativas dos internos e egressos do referido sistema. Diante disso, se torna imprescindível a implementação dos movimentos sociais que surgiram por meio da formação de grupos de pessoas com o intuito de defender ou demandar alguma causa social e política. Trata-se de uma maneira de organização da população para manifestar seus desejos e exigências no cumprimento aos direitos consagrados e assegurados, principalmente, constitucionalmente. O presente pôster discorre sobre a possibilidade inovadora de inserção dos movimentos sociais como modo de reivindicação da população. A partir da evolução dos movimentos sociais, surgem manifestações específicas, voltadas à ações coletivas próprias a um determinado tema-problema, delimitado como revolta social contra algum aspecto político e com relevância social, visando demandar algo em razão de uma causa social, como é o caso dos movimentos realizados por associações em face da defesa dos direitos dos presidiários, principalmente, no tocante à garantia de seus direitos fundamentais, e do cumprimento da função da pena que detém caráter (res)socializador. Esse método prioriza a utilização de imagens e palavras-chave, que cativa o cérebro e desencadeia lembranças específicas. Assim, o tema-problema abordado neste trabalho, consiste na averiguação de como as associações e os movimentos sociais contribuem e podem contribuir efetivamente para a re(construção) da participação cívica do encarcerado no sistema penitenciário brasileiro. Para tanto, serão abordados os conceitos de movimentos sociais, bem como, a evolução dos referidos movimentos, o surgimento destes e as ações sociais na atualidade, principalmente as voltadas a tratar a questão prisional. O tema-problema é bastante atual e possui grande relevância social. Assim, é necessária a revisitação da função da pena, com realização da abordagem das principais questões controvertidas do tema-problema com a discussão sobre a temática de como os movimentos sociais passam a atuar dentro do Direito Penal para auxiliarem e contribuírem na melhoria comportamental do preso e sua re(inserção) em sociedade e reconhecimento de sua cidadania e participação cívica e ativa em sociedade. Quanto à metodologia utilizada, adotou-se a pesquisa documental e bibliográfica analisando, principalmente as ações efetivadas pelos movimentos sociais no que concerne às lutas pelos direitos dos presidiários brasileiros. O trabalho tem por marco teórico os movimentos sociais para (re)construção da participação cívica do encarcerado no penitenciário brasileiro, principalmente por meio das análises literárias de Adriana Accioly Gomes Massa, Edyane Silva de Lima, Ilse Scherer-Warren, Rochelle Ruaro Ribeiro Lopes e Valéria Pilão. Dessa

maneira, não há dúvida de que os movimentos sociais podem (e devem) ser utilizados por populares para auxílio na reconstrução da cidadania do encarcerado e incentivo à sua participação cívica. Referidos movimentos surgem da organização de uma população revoltada com questões que o Governo não é capaz de resolver e por meio da reivindicação de um grupo populacional, através das lutas sociais rotineiras, logram êxito em transformações e mudanças estruturais e efetivas nas sociedades e em seus sistemas, como é o caso da implementação do método APAC e outros. Esses movimentos se dão por meio de ações coletivas utilizadas como manifestos, tais como greves, marchas, passeatas, tendo ganhado força no Brasil, estando em constante crescimento, com muitos adeptos aos respectivos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, (Re)construção da Participação Cívica do Encarcerado, Crise do Sistema Prisional

Referências

FBAC, Portal. O que é APAC?. 2022. Disponível em: <https://fbac.org.br/o-que-e-a-apac/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LIMA, Edyane Silva de. Classes e movimentos sociais: Uma perspectiva do serviço social. Livro Eletrônico. ISBN 978-85-5972-979-5. Curitiba: InterSaberes, 2019.

LOPES, Rochelle Ruaro Ribeiro. Exclusão e estigma: uma análise o etiquetamento social expresso na vida dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário. Livro eletrônico. ISBN 978-85-7061-957-0. Caxias do Sul: Educs, 2019.

MASSA, Adriana Accioly Gomes. Socioeducação: Introdução à justiça restaurativa. Livro Eletrônico. ISBN 978-65-5517-860-6. Curitiba: InterSaberes, 2020.

PILÃO, Valéria. Classes sociais e movimentos sociais no Brasil. Livro Eletrônico. ISBN 978-65-5745-790-0. Curitiba: Contentus, 2020.

WARREN, Ilse Scherer-. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, n.1, jan/abril 2006.